

PODER

Líderes da oposição pressionam Pacheco

Senadores cobram uma posição firme ante operações da PF contra parlamentares

» ANDREA MALCHER

Os líderes da oposição no Senado se reuniram, ontem, com o presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para pressioná-lo por um posicionamento firme ante as operações da Polícia Federal contra parlamentares. Os alvos de ações da corporação foram dois deputados do PL, Carlos Jordy (RJ), suspeito de envolvimento nos bloqueios das rodovias após o segundo turno das eleições de 2022, e Alexandre Ramagem (RJ), investigado em suposto esquema que usou a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para espionar autoridades enquanto era diretor-geral do órgão. As ações da PF tiveram autorização do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

O encontro de ontem ocorreu após o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, chamar Pacheco de “frouxo” e levar uma inverteda do senador — o parlamentar disse, sem citar o nome do dirigente partidário, que ele não é capaz de “organizar minimamente a oposição para aprovar sequer a limitação de decisões monocráticas do STF”.

Após a reunião de ontem, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) afirmou à imprensa que a oposição — em especial o **clã Bolsonaro** e seus aliados — está sendo vítima de “perseguição política”, posicionamento também sustentado pelos colegas Rogério Marinho (PL-RN) e Eduardo Girão (Novo-CE), que chegou a afirmar que haveria um “alinhamento político-ideológico” do Executivo com o STF.

No encontro, os parlamentares cobraram o avanço de duas propostas de emenda à Constituição (PECs): a que fixa o mandato de ministros do Supremo em oito anos e a que aguarda votação na Câmara, desde 2017, e busca extinguir o foro privilegiado em casos de crimes comuns,

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Flávio Bolsonaro com outros senadores após a reunião: ele disse que a oposição está sendo vítima de perseguição



Acreditamos que ninguém está acima da lei, todos podem e devem ser investigados numa democracia. O que nós discutimos aqui são os métodos, é a forma, é a relativização da democracia e da legislação”

Rogério Marinho (PL-RN), senador

Vereador sob suspeita

Na segunda-feira, agentes da Polícia Federal cumpriram mandados de busca e apreensão em endereços do vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ), entre eles a Câmara do Rio. Outro endereço abordado foi a casa de veraneio de Bolsonaro, em Angra dos Reis, onde Carlos estava com o pai. A nova etapa do inquérito sobre monitoramento ilegal da Abin mira o núcleo político vinculado a servidores do órgão.

retirando assim, a competência da Corte. A PEC, no entanto, não altera o foro privilegiado para os cargos de presidente da República, vice-presidente e dos presidentes da Câmara, do Senado e do STF.

Para Girão, atualmente há uma espécie de “proteção” entre Poderes. “Consideramos o foro privilegiado uma blindagem muito grande, um guarda-chuva de um mecanismo que protege os poderosos no Brasil. E hoje, com um poder que esmaga os demais, as coisas ficam sem andar. A Justiça não funciona porque quem deveria investigar o Supremo Tribunal Federal deveria ser o Senado. É uma prerrogativa constitucional. E quem deveria investigar os senadores é o STF. Um Poder acaba protegendo o outro”, acusou.

Os parlamentares pediram que Pacheco trate do tema com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Marinho afirmou que aguarda uma posição até amanhã sobre o que pode ser feito para “reafirmar

as prerrogativas do parlamento brasileiro, resguardá-lo e equilibrar o processo democrático”.

“Nós acreditamos que ninguém está acima da lei, todos podem e devem ser investigados numa democracia. O que nós discutimos aqui são os métodos, é a forma, é a relativização da democracia e da legislação. Isso põe em risco e fragiliza a democracia do nosso país”, comentou Marinho.

Também estiveram na reunião os senadores Izalci Lucas (PSDB-DF), Tereza Cristina (PP-MS), Marcos do Val (Podemos-ES), Carlos Portinho (PL-RJ), Hamilton Mourão (Republicanos-RS) e Márcio Bittar (União-AC). Como cortesia aos parlamentares, Pacheco ainda recebeu Ramagem por menos de 10 minutos.

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Rodrigo Pacheco pediu informações sobre o inquérito da Abin

e o conteúdo de informações relacionadas aos parlamentares”.

Ele havia anunciado, na segunda-feira, que encaminharia o ofício ao STF. O envio ocorreu no mesmo dia em que se reuniu com integrantes da oposição

para discutir as últimas operações da Polícia Federal contra parlamentares — tanto no caso da Abin quanto no âmbito do inquérito do 8 de janeiro, do qual foi alvo o deputado Carlos Jordy (PL-RJ) recentemente.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

Copom mostra alinhamento entre Campos e Haddad

A redução da taxa Selic em 0,5 ponto percentual, de 11,75% ao ano para 11,25% ao ano, nesta quinta-feira, pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, decidida por unanimidade, mostra um alinhamento tácito entre o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Foi o quinto corte seguido na taxa básica de juros, desde agosto do ano passado, a taxa de 11,25% permanece no menor nível de 2022, quando chegou a 10,75% ao ano.

A unanimidade no Copom não é inédita, porém, com a composição atual, com cinco diretores indicados durante o governo Bolsonaro e quatro pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sinaliza a blindagem da equipe econômica do governo, apesar dos ataques especulativos que Haddad vem sofrendo por parte de lideranças do PT e, também, das contradições e dos resultados fiscais negativos da própria política econômica do governo.

O Comitê de Política Monetária (Copom) define, a cada 45 dias, a taxa básica de juros da economia — a Selic. Na sua composição atual, além de seu presidente, Campos Neto, os diretores Carolina de Assis Barros, Diogo Abry Guillen, Otávio Ribeiro Damaso e Renato Dias de Brito Gomes foram indicados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. Gabriel Muricica Galpólo, Ailton de Aquino Santos, Paulo Picchetti e Rodrigo Alves Teixeira são indicações do presidente Lula.

Com dois dias de duração, os membros do Copom tomam decisões com base em avaliações da economia brasileira e mundial, principalmente da liquidez e do comportamento do mercado. Os riscos do cenário macroeconômico são determinantes para a fixação da taxa de juros. Com base nessas decisões, o Banco Central atua diariamente no mercado aberto — comprando e vendendo títulos públicos federais. Quando há reduções nos juros, o impacto na dívida pública e nos gastos do governo é imediato.

No comunicado de ontem, o Comitê avaliou que o ambiente externo permanece volátil, “marcado pelo debate sobre o início da flexibilização de política monetária nas principais economias”. A decisão do Federal Reserve (Fed), o banco central dos Estados Unidos, de manter os juros do país inalterados, em uma faixa de 5,25% a 5,50% ao ano, influenciou a decisão. Entretanto, a política “devagar com o andar” do Copom frustra os setores do governo que defendem uma redução mais acelerada dos juros.

Queda de arrecadação

“O Comitê avalia que a conjuntura, em particular devido ao cenário internacional, segue incerta e exige cautela na condução da política monetária”, diz o comunicado. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) — considerado a prévia da inflação oficial do país — registrou uma alta de 0,31% nos preços em janeiro. O índice teve uma leve desaceleração de 0,09 ponto percentual (p.p.) na comparação com o mês anterior, quando teve alta de 0,40% para dezembro.

O caminho crítico para a redução dos juros continua sendo a meta de déficit zero de 2024, ameaçada em razão das isenções tributárias, dos gastos do governo e da queda da arrecadação. “O Comitê reforça a necessidade de perseverar com uma política monetária contracionista até que se consolide não apenas o processo de desinflação como também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas.”

Houve redução da carga tributária no ano passado, principalmente das receitas com petróleo e ferro e também das concessões privadas. A receita do governo federal foi de 21,6% do PIB em 2023, enquanto em 2022 foi de 23%. Descontados os repasses federais para estados e municípios, a queda foi de 18,4% do PIB para 17,5% do PIB, na receita líquida. O resultado foi um rombo nas contas públicas: o déficit primário foi de R\$ 230,5 bilhões em 2023, ou 2,1% do Produto Interno Bruto (PIB), segundo a Secretaria do Tesouro Nacional, o pior resultado desde 2020.

A projeção do Orçamento de 2023 previa um déficit de até R\$ 228,1 bilhões, mas a equipe econômica esperava que fosse de R\$ 177,4 bilhões. Segundo o ministro Haddad, a causa principal do resultado negativo foi o pagamento de precatórios caloteados pelo governo Bolsonaro, em razão de uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em novembro passado, que determinou a quitação da dívida da União com precatórios acumulada em 2022, em razão da “PEC dos Precatórios”, que limitou esses gastos.

Senador pede dados ao STF

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), encaminhou ontem, ao Supremo Tribunal Federal (STF), o pedido de informações sobre o inquérito que apura um possível monitoramento ilegal de autoridades durante o governo de Jair Bolsonaro.

No ofício, Pacheco diz que os fatos apontados pelos investigadores “são de extrema gravidade, porque envolvem servidores públicos e a utilização indevida de sistema de inteligência da Agência Brasileira de Inteligência (Abin)”.

“Tais ações, se confirmadas, constituem uma grave violação dos direitos e garantias individuais assegurados pela Constituição Federal, em particular, os

artigos 5º, X, XII e LXXIX, que resguardam a privacidade, o sigilo das comunicações e os dados pessoais”, destaca. “Caso comprovado o monitoramento ilegal de deputados federais e senadores da República, as ações constituem também afronta às prerrogativas parlamentares, especialmente quanto à garantia de livre exercício do mandato e do sigilo de suas fontes”, acrescenta.

Pacheco pediu ao ministro Alexandre de Moraes, relator do caso no STF, que envie informações sobre a existência de indícios de monitoramento ilegal de deputados e senadores, com a identificação de cada um deles, e também “informações relacionadas ao procedimento adotado pelos investigados e a extensão



Ligue 160 ou 199 e denuncie.



Não deixe água parada para a dengue não parar você.

Coloque areia nos pratos de água de vasos de plantas.



Não junte lixo. Com as chuvas, ele se torna o principal criadouro do mosquito.



Impeça que a água fique acumulada em garrafas, tampas, vasos, pneus, baldes, calhas, etc.



Mantenha as lixeiras e caixas-d'água tampadas.

Aponte a câmera para conferir as UBSs com atendimento até 22h.

